

AVALIA UnB

PLANO DE AUTOAVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Período 2017 – 2019

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Presidente

Claudia Maffini Griboski

Representantes Docentes

Katia Elizabeth Puente-Palacios

Maria Lidia Bueno Fernandes

Ormezinda Maria Ribeiro

Sinara Pollom Zardo

Representantes Técnico Administrativos

Luana Fernandes Monteiro

Joseilma Siqueira

Amanda Guedes de Andrade Bedriditichuk

Leandro de Oliveira Evangelista

Representantes Discentes

Vívian Salomão Ianelli

Gabriel Coutinho Farias

Maria Marlene Rodrigues da Silva

Cláudio Amorim dos Santos

Representantes da Administração

Symone Rodrigues Jardim

Claudia Maffini Griboski

Representantes da Sociedade Civil

Lukelly Fernanda Amaral Gonçalves

Adriana Rigon Weska

Introdução

A preocupação com a atualização do projeto institucional frente a um cenário de expansão representado pelo aumento de matrículas na graduação, docentes e programas de pós-graduação e a necessária revisão do papel da universidade junto à sociedade, tem norteado a agenda decisória das universidades públicas brasileiras. As políticas democratizantes remodelaram o cenário institucional trazendo desafios a organização dos projetos pedagógicos para a formação de diferentes perfis de estudantes em busca da efetiva inclusão social.

Nessa perspectiva é importante estabelecer um processo permanente de revisão e redirecionamento das práticas educacionais e de gestão afim de que a avaliação institucional possa tornar-se relevante e necessária, constituindo-se numa importante ferramenta de gestão. Dias Sobrinho (2003, p. 181) propõe que “a avaliação deve sem dúvida produzir conhecimentos objetivos e constatações acerca de uma realidade”, neste aspecto, a avaliação é entendida como instrumento para a melhoria das ações institucionais, visto que os dados apresentam características próprias que servem de diagnóstico para a proposição de ações e tomada de decisão.

Nesse contexto, a avaliação institucional assume o protagonismo ao orientar a gestão no que se refere a tomada de decisão sobre ações prioritárias para o desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UnB tem uma importante função no processo de desenvolvimento institucional e apresenta o Plano de Autoavaliação

Institucional da Universidade de Brasília para o período 2017-2019. Esse Plano foi elaborado a partir da análise histórica do processo de avaliação realizado na UnB, em atenção aos fundamentos legais e teóricos da autoavaliação e consoante as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

A CPA busca a consolidação do trabalho desenvolvido nas últimas décadas e fortalece as ações de sensibilização da comunidade acadêmica para a importância da avaliação. Valendo-se de iniciativas de aproximação das unidades acadêmicas e estratégias de ampliação do envolvimento docente, técnico-administrativo e discente nas ações avaliativas o objetivo da CPA para o próximo triênio é desenvolver o Programa AVALIAUnB.

A proposta metodológica do Programa tem o intuito de acompanhar o ciclo avaliativo do Sinaes para o triênio 2017-2019, abastecendo os cursos de informações basilares para a construção de reflexões sobre os resultados da avaliação e propostas de melhoria de desempenho institucional. O Programa AVALIAUnB expande a atuação da CPA na organização e implementação de ações formativas junto a comunidade acadêmica. A construção dos relatórios de autoavaliação institucional passa a configurar em etapa de três anos, com a realização de duas versões parciais e uma integral, de acordo com as dimensões a serem avaliadas a cada ano, conforme se verá mais adiante neste plano.

Espera-se que, ao final de três anos, todas as ações propostas tenham sido alcançadas e que a execução deste Plano contribua para o desenvolvimento institucional e o alcance das metas estabelecidas no PDI, fortalecendo a UnB como instituição e estreitando os canais de interação com os segmentos que compõem a comunidade universitária.

O histórico da avaliação na Universidade de Brasília

O início da década de 80 foi marcado, do ponto de vista da política brasileira, por dois fatores aparentemente paradoxais, mas que, na verdade, faziam parte da lógica do processo de transição pela qual o País passava. De um lado, a crítica às instituições públicas, que partia dos setores sensíveis a uma condução política autoritária em decadência e que lutava por perpetuar-se no poder; e, de outro, a resistência daqueles que defendiam o nascente e frágil processo de redemocratização e que lutavam pelas mudanças das bases sociais e políticas sobre as quais o País se assentava através, principalmente, do fortalecimento de instituições públicas como o Parlamento, as Instituições de Ensino Superior (IES), etc. Nesse contexto, é possível compreender-se a política educacional da época nitidamente contrária à universidade pública, e as críticas dirigidas pelo governo às universidades e por ele estimuladas.

Também nesse contexto e como reação, surgem as discussões sobre a “avaliação” das instituições públicas, principalmente das universidades, como forma de possibilitar o resgate e a credibilidade dessas instâncias de poder. Ou seja, a avaliação surge, de um lado, decorrente de um caráter estrutural e estrategicamente utilizado pelos setores interessados na redemocratização do País. As universidades, na condição de instituições públicas, deviam ser avaliadas como forma de prestação de contas à sociedade acerca dos recursos públicos utilizados. Por outro lado, a avaliação surge como uma resposta às críticas feitas à universidade pública na tentativa de reverter o quadro nitidamente favorável à sua privatização.

A criação pela UnB da Comissão de Avaliação Institucional da Universidade de Brasília (CAI), em setembro de 1986, ocorre então com o objetivo de elaborar e testar uma proposta de metodologia de avaliação institucional para a UnB. A metodologia desenvolvida pela CAI foi aprovada pelo CEPE no primeiro semestre de 1987 e tinha por objetivos “a necessidade de se atingir uma autoconsciência institucional e fornecer subsídios confiáveis para a tomada de decisão” (UnB,1987:16). A proposta se caracterizava por uma combinação de autoavaliação com avaliação externa, pela

utilização de diversas fontes de informação, avaliadores para cada dimensão em foco e pela observação continuada.

Após a aprovação pelo CEPE, a CAI procedeu em 1987 ao primeiro teste da metodologia que contou com a participação voluntária de oito departamentos, 65 professores e 979 alunos que avaliaram 82 disciplinas e os respectivos docentes. No ano seguinte, ainda em caráter experimental, a avaliação de disciplinas e desempenho docente prosseguiu com a participação voluntária de 450 professores e cerca de dez mil alunos responderam aos questionários avaliativos. Em 1989 foi elaborada e testada uma metodologia de avaliação dos cursos de graduação com a participação de 33 cursos avaliados por 434 alunos formandos e 340 professores. Em novembro daquele ano o CEPE tornou compulsório o processo de avaliação institucional desenvolvido pela CAI já, então, transformada em Centro de Avaliação Institucional.

Em 1992, por decisão do CEPE, foi planejada a avaliação global do ensino de graduação, tanto na ótica interna (por professores e alunos) quanto a partir de uma perspectiva externa (por consultores/avaliadores externos à UnB). Assim, no segundo semestre de 1992 foram avaliadas 757 das 1.105 disciplinas oferecidas na graduação, com a participação de cerca de 15 mil alunos respondentes e respectivos professores. Também os cursos de graduação (35 em um universo de 38) foram avaliados pela maioria de seus formandos e professores.

No primeiro semestre de 1993 foi elaborada a metodologia para a avaliação externa dos cursos de graduação. No segundo semestre foi realizada a avaliação externa de sete cursos de graduação com a participação de avaliadores externos à instituição. Essa etapa permitiu concluir e testar globalmente a metodologia para a avaliação do ensino de graduação. A metodologia de avaliação institucional da UnB tornou-se uma referência na avaliação institucional de universidades e subsidiou a elaboração de propostas de avaliação em várias universidades brasileiras.

A partir de 1994 observou-se, tanto por parte da administração superior da UnB, quanto do MEC, um afastamento desse tipo de proposta de avaliação e a metodologia deixou de ser utilizada pela UnB. Em 1995, na contramão do processo de construção de metodologias pelas próprias instituições, o MEC iniciou outro processo de institucionalização de práticas avaliativas diferentes das bases do PAIUB¹. O Governo, por meio da Medida Provisória 1.018 de 8/06/1995, implantou o Exame Nacional de Cursos (ENC), o chamado 'Provão', com o objetivo de avaliação do ensino. E iniciou suas primeiras provas no final do ano de 1996. No mesmo ano editou o decreto 2.026, que trata dos procedimentos de avaliação dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior, normatizando todo o sistema com projetos voltados a regulação do sistema.

Nesse período UnB submeteu ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras/PAIUB um projeto de avaliação institucional com uma abordagem baseada no modelo Contexto-Insumo-Processos-Produtos/CIPP. O modelo seguia basicamente dois grandes enfoques de avaliação, apresentados na literatura especializada. O primeiro tomava por base o processo de tomada de decisões e o segundo, fundamentava-se nas clássicas abordagens de sistemas. Essa proposta compreendia a realização de avaliação externa, autoavaliação e a pesquisa de egressos. Foi implantada apenas a Avaliação Externa de Cursos e a pesquisa dos egressos formados, abrangendo 28 cursos de graduação (UnB, 2005).

Após alguns anos sem iniciativas globais de avaliação a UnB constituiu, em 2002, por meio da Resolução da Reitoria n. 024/2002, a Comissão Interna de Avaliação Institucional da UnB, com o objetivo de apresentar um projeto de avaliação institucional. O projeto foi elaborado enfocando três eixos básicos: 1) avaliação geral

¹ O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), de 1993, preconizou a elaboração de projetos de avaliação pelas próprias universidades, consagrando o termo "avaliação institucional". O objeto da avaliação passa a ser a universidade individualizada com o objetivo de promover melhorias na instituição.

com o objetivo de traçar visão abrangente da Instituição; 2) avaliação específica do ensino de graduação; 3) pesquisa de egressos.

Em 2004, observando-se as diretrizes previstas na Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)², foi orientada a constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a finalidade de contribuir para o processo de avaliação institucional, compreendendo tanto a avaliação externa quanto a interna. A Comissão, desde então, atua com autonomia em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes nas instituições. Sua composição, dinâmica de funcionamento e especificação de suas atribuições são referendadas pelo Conselho Superior da Instituição:

- I - necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados;
- II - ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

Aspecto importante expresso nas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação superior (CONAES) confere autonomia à CPA, definindo-a como um órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição.

Em 2005, cumprindo as obrigações legais de avaliação determinadas pelo Sinaes, o modelo de avaliação institucional era composto por seis módulos ou modelos específicos (Ensino de Graduação, Ensino de Pós-Graduação, Pesquisa Científica, Extensão Universitária, Gestão Universitária) e as fontes de dados consistiam de variáveis e indicadores que “já vem sendo coletadas e analisadas pela UnB e constam de relatórios institucionais e anuários estatísticos amplamente divulgados à comunidade interna e externa” (UnB, 2005).

A partir de 2006 a UnB passou a elaborar seus relatórios anuais de avaliação institucional dentro dos padrões exigidos pelo SINAES, com base em informações existentes na instituição.

Por meio da Resolução do Conselho Universitário nº 1/2009, de 2 de fevereiro de 2009, foi criada a Comissão Própria de Avaliação da Universidade de Brasília, responsável pelo trabalho de autoavaliação do ano em questão. Por meio da Resolução da Reitoria nº 51/2009, de 19 de maio de 2009, foi constituída a Comissão Própria de Avaliação/CPA – UnB por docentes, discentes e técnico-administrativos, além de representantes da sociedade civil.

A organização do processo de avaliação na Universidade tem representado um grande desafio, devido à complexidade da instituição, que se revela especialmente pela heterogeneidade de cursos oferecidos, sediados em diferentes campi, e pelo elevado número de alunos, de docentes e de pessoal técnico-administrativo (UnB, 2010).

O plano de autoavaliação de 2011, anterior a este, foi concebido a partir da definição de eixos temáticos, objetivando a criação de ações, estruturas e ferramentas para subsidiar o processo de autoavaliação. Para tanto, foram definidos quatro eixos temáticos: ensino, pesquisa, extensão e gestão. A CPA passou ainda por uma fase em que foi questionada sua autonomia em relação aos conselhos e direção da UnB, haja vista o Reitor da Universidade ter ocupado a presidência da comissão até o ano de 2012.

² O Sinaes é coordenado e supervisionado pela CONAES, que deve propor e avaliar os instrumentos, procedimentos e mecanismos de avaliação, organizar comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e recomendações.

Os desafios para a CPA na UnB, desde a criação do Sinaes tem sido a manutenção de seus membros, a carência de uma estrutura física e a sobrecarga de trabalho, de acordo com o que relata o trabalho de Gonçalves (2016). Em seu trabalho, a autora dispõe acerca das 14 substituições ocorridas entre a nomeação da comissão em 2013 até 2016. No que tange à sobrecarga de trabalho, descreve-se a dificuldade na compatibilização das agendas dos 17 membros, com tempo escasso e sem contar com um local fixo para as reuniões (GONÇALVES, 2016).

Atualmente, num momento positivo de amadurecimento da autoavaliação, a CPA conta com iniciativas para contornar o problema da sensibilização e divulgação de seus trabalhos. Foram desenvolvidas estratégias como o boletim CPA, a consulta à comunidade acadêmica, os Fóruns de avaliação, o site da CPA e o projeto da CPA itinerante. O diagnóstico atual da CPA é de que é preciso investir na reflexão e uso dos resultados da avaliação e, portanto, o Plano Estratégico, apresentado a seguir, traz estratégias de aproximação da CPA com as unidades acadêmicas por meio de fóruns, com a participação discente, docente e técnico-administrativos para fazer frente a realidade dos projetos acadêmicos em desenvolvimento. Traz ainda, uma análise do Relatório de Autoavaliação Institucional 2016 e propostas de melhoria apresentadas a gestão, com ações de acompanhamento da CPA para sua efetiva implementação.

Plano estratégico da autoavaliação

O processo de autoavaliação conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) é realizado em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), envolvendo todos os atores que atuam na instituição, aproveitando os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir dos documentos oficiais da instituição. Esse processo é consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem como finalidade fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.

Para dar o suporte administrativo necessário e promover a continuidade de ações relacionadas à avaliação, há a Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais, a Coordenação de Avaliação do Ensino de Graduação, a Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Inovação e a Coordenação de Avaliação da Produtividade de Extensão. Todos esses setores possuem, conforme sua área de competência, o dever de promover ações avaliativas que possam garantir controle e subsidiar melhorias aos processos.

O Plano Estratégico de autoavaliação tem como objetivos:

- Compatibilizar o conteúdo dos eixos do PDI e do Relatório de Autoavaliação;
- Definir os procedimentos de coleta de dados e informações;
- Estabelecer as questões que devem nortear a construção e análise do Relatório de Autoavaliação;
- Estabelecer as questões que devem nortear o estabelecimento das ações de melhorias propostas no Relatório de Autoavaliação;
- Desenvolver ações de aproximação dos Institutos e Faculdades visando atuar em conjunto nos Planos de Melhoria;
- Propor reflexões e análises sobre os resultados das avaliações junto aos coordenadores de cursos de graduação potencializando o uso dos resultados para ações contínuas de melhoria da formação dos estudantes.

Dessa forma, a autoavaliação institucional seguirá o cronograma anual, com ações voltadas a avaliar os eixos e dimensões conforme instrumento de avaliação institucional externa utilizado pelo INEP.

Em 2017, serão aprofundados os temas referentes ao Eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional) e ao Eixo 2 (Desenvolvimento Institucional: Missão e Plano de

Desenvolvimento Institucional; Responsabilidade Social da Instituição), que compreende as seguintes dimensões:

O Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

- Dimensão 8 (Sinaes): Planejamento e Avaliação
 - Descrever os projetos/processos de autoavaliação institucional que estão previsto/implantado
 - Os projetos/processos deverão atender às necessidades institucionais (PDI), como instrumento de gestão e ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional;
 - Os projetos/processos deverão ter a participação da comunidade acadêmica.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

- Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
 - As ações vinculadas às metas e objetivos do PDI estão articuladas com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de autoavaliação;
 - Coerência entre o PDI e as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
 - Coerência entre o PDI e as ações:
 - de desenvolvimento econômico e social;
 - de inclusão social;
 - de diversidade, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
 - afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial;
 - de internacionalização.

Para análise do Eixo 1 será tomado como referência, a avaliação e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Planejamento da Avaliação(SINAES):

- ✓ Conteúdo:
 - Descrever os processos de autoavaliação institucional que estão implantados e quais projetos estão em andamento;
 - Resumo das avaliações externas (de cursos, rankings etc.).
- ✓ Análise:
 - Os processos/projetos atendem às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional?
 - Os processos/projetos têm a participação da comunidade acadêmica?
- ✓ Ações de melhoria:
 - Quais ações podem ser tomadas para melhorar os processos?
- ✓ Onde coletar dados e informações?
 - Processos de autoavaliação institucional: DAI, CPA
 - Projetos em andamento: DAI, CPA
 - Avaliações externas:
 - de curso: DEG;
 - rankings: DAI; Secom.

Em 2018, serão aprofundados os temas referentes ao Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) e ao Eixo 4 (Políticas de Gestão), que compreendem as seguintes dimensões:

O Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

- Dimensão 2 (Sinaes): Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão
 - Coerência entre o PDI e as ações:
 - de ensino;
 - de pesquisa;
 - de extensão.
 - Ações acadêmico-administrativas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão
- Dimensão 4 (Sinaes): Comunicação com a sociedade
 - Descrever os projetos/processos utilizados pela Instituição para comunicação com a sociedade
 - Os projetos/processos deverão ter a participação da comunidade acadêmica.
- Dimensão 9 (Sinaes): Política de Atendimento aos Discentes
 - Coerência entre o PDI e as ações relacionadas ao atendimento aos discentes
 - Descrição das ações da política de atendimento aos Discentes
 - Os projetos/processos deverão ter a participação da comunidade acadêmica.

Eixo 4 – Políticas de Gestão

- Dimensão 5: Políticas de Pessoal
 - Coerência entre o PDI e as ações relacionadas à Política de Pessoal.
 - Descrição das ações relacionadas à Política de Pessoal
 - Os projetos/processos deverão ter a participação da comunidade acadêmica.
 -
- Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
 - Descrição da Organização e Gestão da Instituição
- Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
 - Demonstrativo dos programas e da organização financeira da Instituição

Para análise do Eixo 3 será tomado como referência, a avaliação e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Planejamento da Avaliação(SINAES):

- ✓ Conteúdo:
 - Descrição dos programas que compõem a política acadêmica da UnB para ensino, pesquisa e extensão.
 - Descrição dos meios de comunicação com a sociedade
 - Descrição dos programas de atendimento aos estudantes
- ✓ Análise:
 - Os programas têm atendido à comunidade acadêmica e aos propósitos para os quais foram criados?
- ✓ Ações de melhoria:
 - Quais ações podem ser tomadas para melhorar os processos?
- ✓ Onde coletar dados e informações?
 - DEG, DEX, DPP e DPI, Secom e DAC

Para análise do Eixo 4 será tomado como referência, a avaliação e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Planejamento da Avaliação(SINAES):

- ✓ Conteúdo:
 - Descrição da política de pessoal da UnB, da organização e gestão financeira e administrativa da Instituição.
- ✓ Análise: A política de pessoal tem atendido à comunidade e aos propósitos para os quais foi criada?
 - O modo de organização da instituição tem atendido à comunidade?
 - A Instituição tem sido sustentável financeiramente?
- ✓ Ações de melhoria:
 - Quais ações podem ser tomadas para melhorar os processos?
- ✓ Onde coletar dados e informações?
 - DAF, DGP e DPO

Em 2019, serão aprofundados os temas referentes ao Eixo 5 (Infraestrutura Física), que compreende a dimensão 7.

- Dimensão 7 (Sinaes): Infraestrutura Física
 - Coerência entre o PDI e as ações em infraestrutura física
 - Descrição de obras, manutenção e conservação das áreas.

Para análise do Eixo 5 será tomado como referência, a avaliação e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Planejamento da Avaliação(SINAES):

- ✓ Conteúdo:
 - Descrição de obras, manutenção e conservação das áreas.
- ✓ Análise:
 - As ações em infraestrutura têm atendido à comunidade?
- ✓ Ações de melhoria:
 - Quais ações podem ser tomadas para melhorar os processos?
- ✓ Onde coletar dados e informações?
 - BCE, DGI E PRC

Estratégias de sensibilização e implantação

Site CPA UnB

O site da CPA constitui importante plataforma de informação acerca da autoavaliação na Universidade para a comunidade acadêmica. Na página é possível encontrar os instrumentos de avaliação, informações sobre egressos, retenção, evasão, resultados de avaliação externa de cursos, legislação, notícias e rankings.

A divulgação dos trabalhos e projetos aproxima a comunidade da CPA, atentando-a para a importância da avaliação e estimulando-a a conhecer e participar dos momentos avaliativos na Universidade.

Este site é periodicamente atualizado pela CPA com o suporte tecnológico do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO), seguindo diretrizes institucionais do Centro de Informática (CPD). É disponibilizado na página principal da UnB um link para acesso à página da CPA, facilitando a integração com as unidades acadêmicas e os NDE. A página da CPA pode ser acessada pelo link: www.cpa.unb.br.

Boletim CPA UnB

O Boletim CPA traz informações sobre diversos assuntos que permeiam a avaliação na Universidade e as principais realizações da CPA no período. Toda a comunidade acadêmica tem acesso por meio do e-mail institucional, do site da CPA

(link) e também por versões impressas que são fixadas nos flanelógrafos distribuídos pelos campi da Universidade.

Pesquisa de Egressos

A pesquisa de egressos realizada pela Comissão Própria de Avaliação compila informações a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. A RAIS representa um censo anual de todo o mercado de trabalho formal no Brasil e a forma como os dados são coletados garante que a informação possa ser desagregada por Unidade da Federação, atividade econômica e ocupação. A informação é divulgada de acordo com o estoque (número de postos de trabalho) e movimentos da força de trabalho (contratações e demissões), por gênero, idade, nível educacional, rendimentos médios e nível de renda em salários mínimos.

A partir desses dados, é possível realizar uma série histórica dos ex-alunos, tais como: faixa de renda, tipo de vínculo empregatício, área de atuação e percentual por Unidade da Federação.

Consulta à comunidade acadêmica

Parte importante do processo de autoavaliação é ouvir discentes, técnico-administrativos e docentes a respeito de questões essenciais da Universidade. Os três segmentos são consultados anualmente na UnB a respeito de temas como infraestrutura, serviços, imagem da instituição, comunicação com a sociedade e ações de capacitação.

A pesquisa é realizada por meio de uma plataforma online de domínio público e os dados são armazenados e tratados pela Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais, vinculada ao Decanato de Planejamento e Orçamento.

As questões versam sobre a qualidade do ensino, os serviços prestados, infraestrutura, planejamento estratégico, ações de capacitação, além de uma questão aberta que objetiva colher sugestões para melhorias no funcionamento da UnB.

Parceria com os coordenadores de curso e NDEs para análise dos resultados do ENADE, CPC e insumos

Visando ampliar o contato da CPA com as unidades acadêmicas da instituição, o Projeto CPA Itinerante desenvolvido até 2016 na forma de visitas solicitadas pelas unidades, com a apresentação de um estudo contendo indicadores de avaliação, tais como: pesquisa de evasão, retenção e egressos (área de atuação do egresso, empregabilidade no setor formal, rendimentos dos recém-formados, rendimento dos egressos com mais de cinco anos de atuação no mercado e localização geográfica). As reuniões eram realizadas com a presença dos coordenadores e do Núcleo Docente Estruturante dos cursos.

A proposta no Programa Avalia UnB é ampliar os temas discutido para promover a reflexão com os coordenadores de cursos e NDE sobre a avaliação a partir do ciclo avaliativo do Sinaes.

De uma forma planejada, todos os cursos passam a ser visitados pela CPA no triênio: no ano de 2017 serão os cursos das áreas de Ciências Sociais e Aplicadas avaliados em 2015, que tiveram os resultados Enade, CPC e aqueles que tiveram resultados da avaliação in loco divulgados nesse ano. A organização dessa ação prevê que, em três anos (2017-2019), todos os 27 institutos e faculdades terão participado do projeto.

A parceria firmada entre a CPA e os coordenadores e NDEs dos cursos servirá como instância de cooperação para o desenvolvimento de estudos dos resultados do

ENADE e dos indicadores do CPC dos cursos, de acordo com o ciclo de avaliação do Sinaes.

Dessa forma, após avaliação constante no Relatório de Autoavaliação Institucional 2016 e após reuniões de planejamento, põe-se em curso a proposta da CPA para que o processo de autoavaliação na UnB seja organizado para o triênio (2017-2019), visando contemplar a aproximação do Ciclo Avaliativo do Sinaes³. Desse modo, o relatório de autoavaliação institucional terá duas versões parciais e uma integral ao final dos três anos. Em 2017, serão aprofundados os temas referentes ao Eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional) e Eixo 2 (Desenvolvimento Institucional: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Responsabilidade Social da Instituição); em 2018 aprofundar-se-á os temas referentes ao Eixo 3 (Políticas Acadêmicas: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Comunicação com a Sociedade; Política de Atendimento aos Discentes) e Eixo 4 (Políticas de Gestão: Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição; Sustentabilidade Financeira); e em 2019, retoma-se os anteriores, aprofundando-se no Eixo 5 (Infraestrutura Física).

Esta nova estrutura possibilitará uma análise das avaliações ocorridas nos institutos e faculdades, bem como a identificação das melhorias evidenciadas a partir dos processos de avaliação. Portanto, de modo concomitante, será avaliado em ação contínua com os NDE dos cursos, as ações propostas seguindo o cronograma do Ciclo Avaliativo do Sinaes, como no quadro 1:

Quadro 1. Cronograma da autoavaliação para o triênio 2017-2019

Bacharelados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e afins ⁴	Bacharelado nas Áreas de Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Afins ⁵	Bacharelado nas Áreas de Ciências Exatas e afins e Licenciaturas ⁶
Administração Ciência Política, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Comunicação Social, Design, Direito, Gestão de Políticas Públicas, Jornalismo, Museologia, Psicologia, Relações Internacionais, Serviço Social, Teoria, Crítica e História da Arte e Turismo.	Agronomia, Ciências Ambientais, Enfermagem, Farmácia, Gestão de Agronegócios, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Saúde Coletiva, Gestão Ambiental, Enfermagem (FCE), Farmácia (FCE), Fisioterapia (FCE), Fonoaudiologia (FCE), Saúde Coletiva (FCE) e Terapia Ocupacional (FCE).	Arquivologia, Arquitetura e Artes Cênicas, Artes Visuais, Biblioteconomia, Biotecnologia, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Computação, Educação Artística, Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia de Produção, Engenharia de Redes, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Engenharia Química, Estatística, Filosofia, Física, Geofísica, Geografia, Geologia, História, Letras, Letras-Tradução, Letras-Tradução Espanhol, Libras, Línguas Estrangeiras Aplicadas – MSI, Música, Matemática, Música, Pedagogia, Química, Química Tecnológica, Ciências Naturais

Fonte: Manual do Enade, Inep.

³ Art. 33. O ciclo avaliativo compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, as quais subsidiam, respectivamente, os atos de credenciamento e de renovação de reconhecimento (Art.33, Portaria MEC nº 40/2007, republicada em 2010).

⁴ Cursos avaliados pelo Enade e avaliação *in loco* em 2016 com resultado divulgado em março de 2017.

⁵ Cursos avaliados pelo Enade e avaliação *in loco* em 2017 com resultado divulgado em dezembro de 2017.

⁶ Cursos avaliados pelo Enade e avaliação *in loco* em 2018 com resultado divulgado em dezembro de 2018.

Para tanto será desenvolvido um trabalho em conjunto com o Decanato de Ensino de Graduação (DEG), os coordenadores dos cursos e os NDE para analisar os Relatórios produzidos pelo INEP, no que tange aos seus instrumentos aplicados no Enade: prova e questionários de percepção e os insumos que compõem o Conceito Preliminar de Curso (CPC), seguindo o cronograma:

- 1) Em 2017 serão realizadas Oficinas de Análise de dados e construção de Planos de Melhorias dos cursos de Bacharelados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e afins.
- 2) Em 2018 serão realizadas Oficinas de Análise de dados e construção de Planos de Melhorias dos cursos de Bacharelado nas Áreas de Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Afins.
- 3) Em 2019 serão realizadas Oficinas de Análise de dados e construção de Planos de Melhorias dos cursos de Bacharelado nas Áreas de Ciências Exatas e afins e Licenciaturas.

Estrutura funcional de suporte à autoavaliação

A condução dos processos de avaliação internos, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é atribuição da CPA, conforme definido na Lei nº 10.861. Com atuação autônoma especificada pela citada lei, a CPA age principalmente na condução da definição da política de avaliação adotada pela UnB e na definição das estratégias para seu alcance.

Para dar suporte à concretização das atividades planejadas para o ciclo de avaliação 2017-2019, a CPA contará com o apoio da Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais (DAI) – A DAI foi criada no âmbito do Decanato de Planejamento e Orçamento para atuar na coordenação do apoio institucional necessário à concretização das ações avaliativas. Funciona como elo entre a CPA e as demais unidades envolvidas na avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLONI, I.; BELLONI, J. A.; BORGES; BORGES, M. B.; SOBRAL D. T. Avaliação Institucional da Universidade de Brasília. In: BALZAN, N. C.; SOBRINHO DIAS. J. (Orgs.) **Avaliação Institucional**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições*. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://issuu.com/luisfernando0/docs/name26f1a4>>. Acesso em 6/9/2011.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Análise dos Relatórios de Autoavaliação das Instituições de Educação Superior*. GRIBOSKI, C. M.; GAUDIO, A. P. S.; MARTINS, I. L. S.; VARGAS, A. T; CERRI, R. (Orgs.). 1. ed. Brasília: INEP/MEC, 2011. v. 3. 101p .5.

GONÇALVES, L. F. A. *A autoavaliação nas universidades do Distrito Federal: entre a proposta do Sinaes e os sinais da prática*. Brasília, Mai. 2015.

RANGEL, M. L. *O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes no Curso de Pedagogia da UnB*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

UnB – Universidade de Brasília/Comissão de Avaliação Institucional. *Avaliação do ensino de graduação: teste da metodologia*. Brasília: UnB, 1987.

UnB – Universidade de Brasília. *Projeto de avaliação institucional da Universidade de Brasília*. Brasília: UnB, 2005. Disponível em http://www.spl.unb.br/avaliacao/Projeto_Avaliacao.pdf. Consulta em 6/9/2011.

UnB – Universidade de Brasília. *Relatório de Autoavaliação Institucional*, ciclo 2008-2010. Brasília: UnB, 2010.

UnB – Universidade de Brasília. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2017*. Disponível em: <http://unb2.unb.br/noticias/downloads/PDI.2014-2017.pdf>. Acesso em maio 2017.